

Governo pode acentuar controles de preços

por Cláudia Safatle
de Brasília

Tão logo decida sobre o expurgo dos aumentos de preços do petróleo e trigo no INPC, o governo acentuará, também, o controle de preços sobre o setor industrial, hoje regido pela Portaria nº 13, do Conselho Interministerial de Preços (CIP), que fixa os aumentos máximos em 90% das ORTN. Caso saia mesmo a nova portaria do CIP, o teto passará a ser de 80%, mas ainda não se tem claro sobre a variação de que índice. Ou seja, se permanece a correção monetária, se atrela os preços ao INPC ou, ainda, se os vincula ao índice da indústria de transformação.

Ontem o secretário de Abastecimento e Preços, José Milton Dellari, passou a tarde reunido com o secretário do CIP, Luiz

Felício Bustamante, para discutir a questão. Ao final da tarde, ambos levaram algumas alternativas ao secretário geral da Seplan, Flávio Pécora, mas nenhuma definição foi dada. "Estamos examinando os efeitos práticos da medida, fazendo uma análise final dos resultados de uma alteração da Portaria nº 13 em cada um dos 273 itens de produtos", explicou Dellari, acrescentando, ainda, que, dependendo da conclusão final dessa análise, alguns setores, como o de aços vergalhão, poderiam ser excluídos da lista de produtos com preços controlados. Outros setores, segundo ele, podem ser incluídos nessa listagem. Mudando a Portaria nº 13, o reajuste passaria a ser trimestral, segundo ele, "para quebrar a expectativa inflacionária que vem ocorrendo".